



## **59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA**

01 de fevereiro de 2011 – 9h

### **PAUTA**

#### **Informes:**

#### **Expediente:**

- I. Aprovação da ATA da 58ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 09 de novembro de 2010;
- II. Aprovação da ATA da 22ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 30 de novembro de 2010;
- III. Sugestão de inclusões na pauta.

#### **Ordem do dia:**

- I. Apresentação do Relatório de Atividades do CONFEMA – Exercício de 2010;
- II. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Projeto de Instalação Elétrica do Parque Sapopemba - (processo de nº 2010 - 0.228.923 - 4);
- III. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras de Paisagismo e Cercamento do CRAS (Centro de Reabilitação de animais Silvestres) – Parque Anhanguera - (processo de nº 2010 - 0.244.583 - 0);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Obras para Implantação de Praça na Rua Diamantina x Rua Dakota – Distrito de Anhanguera / Perus – (processo de nº 2010 – 0.301.960 – 5).

#### **Anexos:**

ATA da 58ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 09 de novembro de 2010;  
ATA da 22ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 30 de novembro de 2010;  
Relatório de Atividades do CONFEMA – 2010;  
Parecer Técnico do Projeto nº 2010 - 0.228.923 – 4;



## **59<sup>a</sup> REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA**

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 - 0.244.583 – 0;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 - 0.301.960 – 5.



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

**Coordenadora Helena Magozo:** Bom dia a todos. Estamos dando início à 59ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, no dia 01 de fevereiro, no térreo da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Vamos começar pela aprovação de duas atas que os Conselheiros receberam na sua íntegra. Primeira aprovação da Ata da 58ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 09 de novembro de 2010. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da Ata, levantem a mão. Então está aprovada por unanimidade. Aprovação da Ata da 22ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 30 de novembro de 2010. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da Ata, levantem a mão. Aprovada por unanimidade. Alguma sugestão de inclusão na pauta? Vamos passar para a Ordem do Dia. Vamos começar com a apresentação do Rubens, que é o nosso Secretário Executivo, sobre a apresentação do relatório de atividades do CONFEMA, do exercício de 2010. Por favor, Rubens.

**Sr. Rubens:** Bom dia Senhores Conselheiros. Sejam bem vindos ao exercício de 2011. Como resultado de 2010, vou fazer um resumo daquele relatório que vocês já receberam por e-mail. O relatório está bem detalhado quanto às resoluções e sobre quais foram os valores e quais os projetos que foram votados. Farei uma apresentação, um pequeno resumo, que será reproduzido na reunião do CADES também. Anualmente passamos todas as atividades realizadas pelo CONFEMA e que também são expostas ao CADES. O CADES, com base no que foi realizado e nas perspectivas do novo exercício, estabelece (na sua primeira reunião também) as diretrizes de execução dos projetos do FEMA. A reunião será amanhã. Vamos passar essas informações ao CADES, obtendo as diretrizes de aplicação de recursos do FEMA para 2011. No exercício de 2010 foram realizadas dezenove reuniões, sendo dez ordinárias e nove extraordinárias. O resultado dessas reuniões foi: 146 Resoluções, com uma média de 7,7 por reunião. Tivemos, praticamente, duas reuniões por mês. Houve mês em que tivemos duas reuniões, devido ao fato de janeiro ser um mês atípico por conta das festas e das férias. Houve meses com mais de duas reuniões, por conta daquela aprovação dos 187 projetos de Educação Ambiental. Vocês devem estar lembrados da "maratona" que foi. Com relação à quantidade de projetos, foram apreciados, no total, 323 projetos, sendo que todos eles passaram por este Conselho. Foram 58 projetos referentes ao Edital 6; 187 projetos ao Edital 7; 30 projetos ao Edital 8; e 48 projetos propostos pela Administração. Incluem-se aqui os de crédito de carbono e os que foram apresentados pela própria Secretaria. Em valores, em montante de recursos, foram aprovados para os editais um montante de 6 milhões, 670 mil e 246 reais, aprovados em projetos pela Administração. O valor inclui aqui as desapropriações da região de Perus, que foram feitas por conta do Parque de Perus, e de algumas obras relativas ao parque, de 40 milhões, 378 mil, 603 reais e 30 centavos. Temos projetos referentes ao Edital 4, ou que eram projetos longos (de quase 2 anos), bem como projetos (do próprio Edital 4) que foram assinados recentemente e ainda estão em andamento. O valor destinado para este ano, para a execução dos projetos do Edital 4, é da ordem de 179 mil e 965 reais. O valor destinado ao Edital 6, dos projetos que estão em andamento, é de 1 milhão, 893 mil e 873 reais. O valor destinado ao Edital 7 – e aqui incluem-se os projetos que estão em vias de assinatura ainda é de 3 milhões, 141 mil e 887 reais. E o valor destinado aos projetos do Edital 8 é de 1 milhão, 634 mil e 486 reais. O saldo que temos em 22 de dezembro, que foi o último extrato expedido pela Secretaria de Finanças para o FEMA é de 32 milhões, 778 mil, 849 reais e 86 centavos. Ainda não tenho o extrato de janeiro porque encerramos janeiro recentemente, e assim eles mandam agora, logo no início do mês, uma nova posição desse saldo. Aqui eu reproduzi uma tabela dos projetos que estão em andamento. Temos os projetos, a entidade responsável, o número do convênio e a situação em que está o projeto. A maior parte deles está em andamento, mas alguns já foram concluídos no próprio exercício de 2010. Temos uma lista relativamente grande de projetos em andamento. São cerca de 36 projetos em andamento do Edital 7, e alguns que começaram em dezembro, mas estão em andamento e não foram liberados os recursos porque, quando foram assinados os convênios, o sistema da Prefeitura já havia fechado. Providenciamos reuniões com as entidades e passamos todas as orientações.



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

Mas os projetos começam, efetivamente, em janeiro. Aqui temos projetos também que são por parte da Administração Pública. Envolvem desapropriação para a implantação do Parque de Perus e do Parque Central do Itaim. Os recursos já foram repassados ao DESAP (em alguns casos). Os outros estão sendo repassados agora, por conta da abertura do sistema. Agora temos outra tabela de projetos previstos para 2011. Esses são projetos que já foram aprovados por este Conselho, mas que por questão da burocracia de entrega de documentos e da elaboração de termo de convênio, iniciou-se o ano sem a assinatura efetiva do convênio. Vão ser assinados e executados a partir do início do ano. Temos aqui o projeto do Edital 6, do Edital 7 e do Edital 8. Mas a maior parte é do 7, por conta do volume de projetos que foram aprovados neste Edital. Sobre os projetos previstos para 2011 temos uma lista relativamente grande, dando em torno de 25 projetos que ainda estão para assinatura. A previsão de projetos para crédito de carbono é aquela que está chegando e vai passar por aqui. São projetos previstos para este ano, para serem executados. Fiz um breve resumo, e vocês receberam o conteúdo por e-mail. Fico à disposição para alguma dúvida ou informação complementar.

**Conselheira Mônica:** (Áudio baixo) Essa apresentação ainda não recebemos.

**Sr. Rubens:** Acabei de fazê-la ontem à tarde. Não deu tempo.

**Conselheira Mônica:** (Áudio baixo) Gostaria de saber em relação aos projetos aprovados: o que foi distribuído para a nossa cidade? A minha solicitação é para que possamos saber o quanto está indo para cada região da cidade. E os resultados qualitativos das ações? O que está sendo semeado por todos esses projetos com tal vertente ?

**Sr. Rubens:** Aí temos que ver com a Helena se temos alguma posição.

**Coordenadora Helena Magozo:** Mônica, você se lembra que havia proposto, no ano passado, um seminário? Acho que poderíamos já pensar em quem daqui, dos Conselheiros, pode fazer parte de um grupo para podermos estabelecer uma data para tal seminário. Para isso precisava contar com as áreas técnicas que foram as inspiradoras, as demandantes dos projetos, para termos uma avaliação do porquê de ter sido solicitado, e como estão sentindo esse resultado, pensarem junto as estratégias de avaliação. Poderíamos já pensar em quem tem interesse em participar desse grupo. Do que precisamos para essa organização, para já termos uma posição mais pró-ativa nessa questão? A Mônica, uma das representantes da sociedade civil aqui, no nosso Conselho, desde o ano passado tem solicitado uma avaliação qualitativa. O que ficou desses projetos? Em que eles têm contribuído para as políticas públicas? O que aconteceu? Concluiu? O que ocorreu com o relatório do ano passado foi o que o Maestro comentou. Não temos uma avaliação mais qualitativa? O DPP e o FEMA, podem contribuir, em uma articulação com os setores técnicos que demandaram os editais, as CAVs e as comissões que acompanham esses projetos. Para podermos traçar um pouco esses parâmetros de uma avaliação e de uma resposta do que tem significado os projetos em termos das políticas públicas. A Mônica coloca essa questão da localização dos projetos, que já temos, mas não está no relatório. A própria UMAPAZ tem feito isso, a localização, o locus de desenvolvimento desses projetos. Em termos dessa localização acho que podemos incluir no relatório, porque já temos esses dados. Agora há uma questão de avaliação qualitativa. Precisamos avançar para chegar nisso, para responder e para termos uma reflexão sobre o assunto. O CONFEMA deve participar, até como inspirador da proposta e tem muito a contribuir.

**Conselheira Mônica:** Minha sugestão é que montemos um grupo de trabalho, junto ao setor técnico, com o pessoal da UMAPAZ.



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

**Coordenadora Helena Magozo:** E, também com o corpo técnico que que atende as APAS, responsável pelos editais que atenderam mais as APAS.

**Conselheira Mônica:** Talvez tenhamos que ter um consultor externo, que não seja nem ONG e nem Governo, que possa fazer uma leitura mais distanciada para trazer um olhar sem ser o nosso. Acredito que somos muito impregnados.

**Coordenadora Helena Magozo:** Então uma das questões a ser discutida com o grupo seria esta sua proposta.

**Conselheira Mônica:** Está bem.

**Coordenadora Helena Magozo:** Vamos avançar aí.

**Conselheira Mônica:** Vocês agendam essa reunião.

**Coordenadora Helena Magozo:** Sempre que vocês forem falar, identifiquem-se por causa da gravação.

**Sr. Rogério (Secretário de Finanças):** Com essa idéia de fazer um balanço das atividades, gostaria de sugerir também... Notei que alguns projetos, ao longo da execução, foram interrompidos, tiveram alguns problemas. Outros nem podiam ter sido interrompidos, mas podem ter passado por algum problema de execução. Acho importante fazermos um balanço pouco mais crítico em relação ao porquê dessa interrupção, até para prevenirmos futuras aprovações. Essa questão do balanço de atividades, de demonstrar isso através de um seminário, tem uma importância. Mas creio que seja importante consolidarmos um relatório, um balanço das atividades do FEMA. De maneira mais formal, seria uma avaliação crítica das aprovações que foram feitas e os impactos que elas tiveram, os impactos que eram efetivamente esperados e observados. Tenho sentido uma carência disso neste conselho. Precisamos avançar nessa avaliação.

**Coordenadora Helena Magozo:** Precisamos conversar mesmo com as áreas técnicas que acompanham o projeto. Temos que ter essa integração, não é, Maestro? E há a questão das APAS. Precisamos ter esse olhar técnico.

**Sr. Rogério (Secretário de Finanças):** Um último comentário: minha preocupação com a formação de grupos de trabalho é a possibilidade de contratação de um consultor externo. Tudo isso leva muito tempo. Tenho um pouco de receio que isso se perca ou que demore muito tempo para termos um resultado concreto.

**Coordenadora Helena Magozo:** A partir da proposta veremos como viabilizar e o tempo para isso. E as conveniências ou não, não é, Mônica?

**Conselheiro Maestro:** Temos feito...acompanhamento e apresentação... As próprias entidades têm vindo fazer essa apresentação. Claro, não foram somente esses editais desaprovados, mas temos uma parcela e algum dado que pode ser utilizado e aproveitado.

**Coordenadora Helena Magozo:** Creio, Maestro, que é muito importante neste grupo você representar a UMAPAZ. Que traga esse acumulado para ver o que já pode ser aproveitado e integrado. O que pode ser aprofundado? As consultorias são de interesse? Elas estão nessa



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

linha? Porque já existe uma consultoria, por exemplo, na UMAPAZ, para este trabalho de avaliação de projetos. Então, essa consultoria seria adequada? Seria esse o perfil? Aí o grupo define, e assim caminhamos juntos, senão vamos postergando esse acumulado, essa síntese que está sendo requisitada. Por favor.

**Conselheiro Maestro:** Acho que a Mônica foi um pouco mais além do que você disse – se é que entendi o que ela disse. A Mônica pede o seguinte: sobre esses projetos que já foram realizados e executados, o que de bom redundou para nós, munícipes? Por exemplo, um curso que foi realizado na APA. Ele foi realizado e o dinheiro destinado. Bem, o que ficou disso aí tudo? É sobre isso que acredito que a Mônica esteja se referindo, e é o que todos nós gostaríamos de saber. Reconheço que é uma coisa dura de se...

**Coordenadora Helena Magozo:** Está acatado, acho muito importante. Vamos organizar o grupo para avançar e trazer um acompanhamento sob uma perspectiva de dados, de estratégia, de uma consultoria ou não... Ou seja, de como isso será resolvido.

**Conselheira Mônica:** Acredito que, além dos resultados dos projetos, temos também neste seminário o objetivo de melhorar o processo de prestação de contas, para agilizarmos essa área. Eu, como tomadora, acho que é uma área na qual deveríamos avaliar não somente os projetos, mas a própria gestão de repasse, de documentos. Deveríamos informatizar isso, ou melhor, temos que informatizar, pois não será possível ser de forma manual. Temos que caminhar para isso. Sou muito defensora da questão técnica dos resultados, mas na gestão dos recursos também podemos melhorar muito, avaliando, discutindo e conversando, pegando informações e melhorando isso, para que tenhamos menos trabalho. Gastamos muito tempo com burocracias, sendo que poderíamos estar mais informatizados.

**Coordenadora Helena Magozo:** Só para informar os Conselheiros, temos procurado, dentro do processo e dentro possível, resolver essa questão que vamos discutir, pois há toda uma regulamentação de prestação de contas. Conseguimos agilizar, estamos muito satisfeitos com isso. Por exemplo, a questão documental. Temos toda uma documentação exigida para a entidade. O que acontece é que, no trâmite, a maioria das propostas (de mais de cem mil reais) passa pela aprovação do Prefeito. Várias vezes aquela documentação vencia. Hoje já conseguimos racionalizar isso. Apresenta-se no início, pois é necessária essa documentação legalmente. Mas até a própria SGM (Secretaria de Governo Municipal) tem passado para o Prefeito autorizar, condicionando que, na assinatura do convênio, aquela documentação esteja atualizada e regulamentada. Isso tem dado uma diferença. Temos alguns projetos do 8 que alcançaram o 7 – foi muito anterior a esse trâmite. Assim, dentro da possibilidade do diálogo, da sensibilidade dos outros setores, estudamos essa questão. Esse é somente um exemplo. Vamos para o segundo ponto, e encaminharemos a questão do seminário. Estamos aceitando as adesões. Pediria para conversar com a Ellen as pessoas que estiverem interessadas em fazer parte do grupo. Estaremos chamando para uma conversa. Agora vamos para o projeto com o pessoal do DEPAVE 1. Temos a apresentação de dois projetos: apreciação e deliberação sobre a contratação de projetos de instalação elétrica do Parque Sapopemba. É o Processo 2010/02289234. E apreciação e deliberação sobre a contratação de serviços e obras de paisagismo e cercamento do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres do Parque Anhanguera. Peço para o Ramiro apresentar.

**Sr. (não identificado):** Inaudível.

**Coordenadora Helena Magozo:** Está bem. Apresente o projeto do Parque Anhanguera e depois iremos para o do Sapopemba, que é mais pontual. Então vamos começar pelo Ramiro,



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

apresentando o projeto do cercamento do CRAS (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) do Parque Anhanguera.

**Sr. Ramiro:** Vou apresentar toda a equipe, com exceção do Diogo que está de férias. Projeto do CRAS Anhanguera: na verdade, o paisagismo e o cercamento são projetos complementares que não foram contemplados antes das edificações. Seria um projeto contratado em fase final de obras.

**Coordenadora Helena Magozo:** Então o projeto do CRAS, que faz parte do crédito de carbono...

**Sr. Ramiro:** O CRAS, que é o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, é do DEPAVE III. Ele está em fase final de obras das edificações. Por volta de junho ou julho deveria estar finalizando as obras. Esta seria a obra, na sequência, que se precisa fazer. Vou dar uma "pincelada" sobre o que é o Parque. Há o limite de ampliação do Parque, que já foi aprovado aqui, no ano passado. Existem as áreas em roxo que são áreas em dupli (?), e que estão em andamento para o DEPLAN. E uma das áreas que mostro mais para a frente que, através do crédito de carbono, já foi incorporada ao Parque. Aqui temos uma área privada no meio. Essa é a área de visitação pública, e há uma escola de marcenaria aqui no meio. Começaram as obras em outubro/novembro para mais ou menos metade da área que havia sido desapropriada e comprada. Tal área está prevista para ser o viveiro, o que também foi aprovado aqui. Esse é o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, com localização na Via Anhanguera, que corta a Estrada de Perus e a Rodovia dos Bandeirantes (aqui, do outro lado). O objetivo dessa contratação seria serviços de obras de implantação das áreas externas. Então temos paisagismo e cercamento que seriam o principal, mas isso inclui uma série de outras coisas. Há uma via principal de acesso e os pisos externos, as rampas, também entre as edificações. E temos um projeto específico de drenagem, reuso de águas fluviais (o que não estava contemplado), e iluminação externa. O acesso da via do parque é por aqui. Tem o quarentenário, a via principal que acessa tanto as edificações administrativas como o auditório. Quanto à parte funcional, de cozinha, biotério ou todos os recintos dos animais que vêm para cá (ou treino de vôo, enfim) temos uma hierarquia de pisos. São pavimentados, intertravados ou as rampas. Aqui é o sistema de drenagem que vou mostrar um pouco mais para a frente. Em amarelo temos essas edificações da parte que já estava construída. Sobre a parte que está em obra e já está contemplada, estamos fazendo o complemento dessas áreas externas, desenvolvendo mais o gradil de proteção em torno do CRAS e os portões de acesso. Existe uma especificidade também de gramatura. E há muitas árvores. Como é um serviço de reabilitação, não deveríamos ter outros animais, até para não infectar e para não haver problemas de contaminação, ou com cachorros ou com outros animais atravessando. Sobre o paisagismo, o Tiago é o Engenheiro Agrônomo do DEPAV I, e depois poderá falar um pouco do projeto. Ele previu a utilização de espécies. Juntamente com o DEPAV III e com a Fauna, especificamos espécies que têm alguma característica, precisando da presença de determinada espécie próxima ao seu recinto, para que se sintam em casa, ou, até mesmo servindo para alimentação. Isso foi contemplado no projeto de paisagismo. Para a estrutura de drenagem e água de reuso temos sistemas de drenagem com bacias de retenção de águas fluviais, das partes externas. E uma rede de reaproveitamento de águas fluviais das coberturas das edificações. Há a implantação da via de acesso e de circulação interna e pisos. Voltando um pouco, temos todo um acervo de segurança para incêndio, e para poder haver rondas. Há, aqui, uma área descampada para se ter visão. E aqui temos um espaço de terra batida. Vemos iluminação externa aqui também. Como toda essa parte externa seria construída de uma vez, também faz sentido que as caixas de passagem dessa iluminação sejam feitas de uma vez.



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

**Conselheiro Duarte:** Desculpe interromper, mas já não foi aprovada aqui, no CONFEMA, uma via de acesso no Parque Anhangüera para o CRAS?

**Sr. Ramiro:** Tem uma via de acesso que seria esse trecho interno mesmo. Foi aprovado este trecho aqui, com 1 km e 200 m, que se chama “Via Maria Trindade”. Contratamos a pavimentação e a infraestrutura. A infraestrutura inclui cabo de telefonia e eletricidade para se ligar com a cabine primária. Temos a rede de água do Parque, chegando até aqui. E aqui temos água e eletricidade, basicamente – é o que eles chamam de lógica. Esta é a pavimentação da guarita até a estrada, mas este é o trecho do quilômetro 200, que tem esses complicadores. Não há como contratar isso junto, pois seria outro escopo. Aqui o principal seria o paisagismo. Então seria, de preferência, outra empresa que tenha essa capacidade técnica do paisagismo mesmo.

**Sr. Tiago:** Bom dia. Sou o engenheiro agrônomo responsável pelo projeto. Somente justificando, como havia dito o Ramiro, sobre o paisagismo tentamos fazer o mais específico possível, atendendo os animais que vão ficar e ser tratados nesse hospital. Temos aqui a presença de algumas espécies exóticas, que usualmente não utilizamos para os projetos da Secretaria, mas são, necessariamente, para atender o pedido de DEPAV III, sobre a alimentação desses animais que estarão lá. Vamos tentar proporcionar a eles um ambiente mais natural possível, ajudando na reabilitação para posterior soltura dos animais. Esses são alguns dados: vamos ter uma área ajardinada permeável em torno do centro. São 26.818 metros quadrados. O número de mudas arbóreas é de 998 mudas, sendo 698 com DAP 5, e mais 290 com DAP 3. Isto aqui não atende à compensação total do Parque, pois não couberam todas as mudas em torno do centro. O restante vamos colocar no entorno do centro mesmo, para fazermos um enriquecimento da área e dar maior proteção para o Centro de Reabilitação. Enfim, temos a planta de paisagismo também. Não sei se dá para ver muito bem, mas tem toda uma área... Tudo isto aqui seria ajardinado, e então há algum tipo de forração. Este aqui é um bosque existente sobre o qual acabamos não intervindo, com um paisagismo propriamente dito. Todo este trecho aqui teria algum tratamento paisagístico. Este aqui ficou de fora. E aqui é a cerca do lado de fora. Existem algumas plantas que foram especificadas com o enriquecimento, seria um plantio mais... Um detalhe do cercamento seria aquele gradil. Acho que se chama “Ursa Metal”, se não me engano. Há alguns trechos com mureta e outros não têm mureta, pois depende, no caso, se a área é interna ou externa, podendo ter problemas com drenagem. Há o detalhamento de algumas sessões padrões da via principal, a canaleta verde. Em um dos pisos outra canaleta verde também – ao longo de todo o aceiro. E aqui vemos o detalhamento dos pisos e rampas, enfim. Esta aqui que seria a drenagem de linhas de reuso, de todas as edificações aqui. Tem uma rede coletora que adaptamos, onde já estava sendo de águas fluviais, que vai ser contemplada depois, juntamente com um outro projeto daqui, que seria o tratamento de afluentes. Então, há a possibilidade, tanto no tratamento da água de afluentes, quanto da de reuso de se passar por um tratamento e depois ser inserido na rede, basicamente para lavagem e irrigação das áreas verdes. Temos esse sistema de drenagem aqui, que seriam as bacias de infiltração, funcionando em trechos com muros, onde se consegue encher até determinado nível de água. Parte dela infiltra, transborda e vai para outra bacia, acontecendo a mesma coisa. Com isso temos o retardamento das águas que causam inundações.

**Conselheira Mônica:** Não entendi a sua colocação anterior. Você disse que iria juntar a água de reuso com os resíduos ?



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

**Sr. Tiago:** Não. Existe aquele projeto do sistema de tratamento de afluentes. Provavelmente, na semana que vem, vamos iniciar este projeto mesmo. Ele passou por licitação, enfim, fazendo parte do escopo daquele projeto, além do tratamento dos afluentes e uma destinação desse tratamento que seria tanto reinserir numa rede de água de reuso para irrigação, como no viveiro. Era uma das possibilidades. Ou, dependendo, uma infiltração pura e simplesmente. Essa água também, dependendo da água que sair, passará, por uma questão de economia, por um projeto mesmo. Essa água pode ser em tanque separado ou pode ser junto. Existem também questões de diluição. Isso vamos deixar para que os especialistas que foram contratados definam como seria feito o reaproveitamento. Estamos vendo, neste contrato aqui, a rede que possibilite esse tratamento. Agora, se ela vai simplesmente passar por um filtro de areia e ser reinserida, ou se ela vai se juntar com outra água para diluir, aí não sou eu quem vai decidir. O projeto já passou, foi aprovado e foi licitado.

**Conselheira Mônica:** Em minha concepção, nesta área eu nunca misturaria a água de reuso com a de afluentes. Não há essa necessidade, e é mais caro. Não precisa tanto! Eu faria um estudo separado – acho mais fácil.

**Sr. (não identificado):** Pretendemos que as estruturas a serem construídas nesse tratamento e a casa de bombas que será reinserida, que possamos mesmo juntar, mesmo que essas águas não se misturem. Que possamos ter uma centralização nesse trecho, um dos previstos, talvez, para esse tratamento. Há um trecho aqui, um que sai da tela para o outro lado. São dois pedaços, que outro contrato... Devemos centralizar essa estrutura, essa mistura ou não?

**Conselheira Mônica:** A mistura depois que tratarmos. É isso que você está falando?

**Sr. (não identificado):** Sim, com certeza. Consegue-se uma diluição depois desse tratamento, ou a mistura, enfim. Seria centralizar as estruturas de reuso de água no mesmo local, com a mesma bomba. Essa outra parte seria da drenagem que eu falei, as bacias de detenção. E há uma série de tanques que estão interligados a partir de uma cota. Você tem encaminhamento da água por um trecho daqui. Ele vai descendo um nível, vai acompanhando o terreno. Ou a entrada é por aqui, ou é por ali. No final eles se juntam. Para o excedente, depois eu mostro alguns cálculos, ainda há outra estrutura... Poderia ter problema com o acerio que ficaria mais para baixo. Dá um total de quase 450 m, na verdade, e existe um trecho com pedras. Mas no projeto de paisagismo isso aqui é um jardim. Ele não parece uma estrutura de drenagem como costumamos ver – é um jardim. Tem gente que chama de jardim de chuva, numa escala muito menor. Isso aqui é uma bacia de detenção. Temos espécies específicas que aguentam. O Tiago também colocou que são espécies que aguentam ficar por um certo período debaixo da água. Tem algumas espécies que gostam, que aguentam. Temos capim e outras espécies que também possuem esse tipo de característica. Fazendo os cálculos, chegamos a mais ou menos 95% de um volume máximo previsto de precipitação diário. E, depois disso, teria esse excedente. Esses dados de tempo de retorno estão supostamente mudando. Estamos dentro de uma margem, até considerando um solo relativamente ruim. Temos solos aqui com quase 20 mm de infiltração. O nosso estaria entre 6 e 10 mm por hora. Então, com isso, chegamos a uma altura máxima a que teriam essas bacias – seria por volta de 30 cm. Temos que fazer com que o solo se esvazie em até 48 horas para evitarmos a proliferação de larvas de mosquitos. Baseados nesses cálculos chegamos, mais ou menos, neste dado de 95% de volume máximo, prevendo também chuvas de intensidade maior em alguns trechos. Seria uma captação geral dessa água. O Tiago tinha começado a falar, mas vou mencionar rapidamente: o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres tem uma área total de implantação de 46.000 metros quadrados dentro do cercamento, 0,45 do Parque Anhangüera. Agora ficou fácil fazer a conta, tem 10 milhões de metros quadrados. Com aquela incorporação de área havia 9,5, e agora virou 10 milhões de metros quadrados. Sobre as intervenções em áreas externas, seriam



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

esses 34 mil metros quadrados. As edificações que já estão contempladas são de quase 6.000 entre cobertura e piso, um cercamento com quase 1.300 metros lineares de áreas ajardinadas; deste projeto de paisagismo há 26.000 metros quadrados, e estas quase 9.000 mudas. A parte pavimentada, 6.800; e essa área de drenagem, 450. Do que foi orçado através de nossas tabelas de preços públicos (EDIFISIURB), com data base de julho de 2010, temos 3 milhões, 34 mil, 136 reais e 75 centavos. Seria uma previsão de 5 meses de obras, que deverão ser iniciadas exatamente quando for fechado o contrato da outra empreiteira que está trabalhando no local, com as edificações. É para deixar o processo pronto para, a partir do momento em que eles saírem, que possamos até aproveitar as estruturas de barracão de obras e essas coisas. E que se comecem as obras em julho, com previsão desses 5 meses, até efetivamente fecharmos o contrato em dezembro de 2011. Com isso, com o tratamento de afluentes e a via, talvez consigamos fazer toda a infraestrutura, fazendo com que o Centro funcione. É isso. Alguma pergunta?

**Sr. (não identificado):** Nesse cercamento também existe aquela área de contenção de incêndios, não é ?

**Sr. (não identificado):** A área de contenção de incêndios, se não me engano, está em pisos e caminhos de acessos. Tratamos como piso, e há os aceiros. Temos um trecho que está praticamente pronto – só falta deixar plano. Existe outro trecho que envolve um pouco de terraplanagem, pois é uma área que tem eucaliptos. Vamos ter que fazer uma remoção por conta dessa questão de incêndio florestal, que é uma questão muito grave no Anhanguera. Há esse problema sério. Temos de deixar uma margem para que caia uma árvore e não pegue fogo para dentro, começando a pegar fogo dentro das árvores que estão no Centro. Isso seria desastroso.

**Sr. (não identificado):** Quando começa?

**Sr. (não identificado):** Assim que for licitado. Deveríamos começar em julho.

**Sr. (não identificado):** Porque em julho?

**Sr. (não identificado):** Se for antes, melhor. O projeto precisa passar por aqui e também no SIURB, começando a partir do momento em que não tiver outra empreiteira lá. Seria por uma questão de obras mesmo. Uns estarão finalizando e outros começando. São obras de... na parte externa. Eu acho difícil conseguir fazer os dois ao mesmo tempo. Mas, pelo cronograma que temos encontrado entre aprovação, terminando a parte técnica e conseguindo dar a ordem de início depois de uma licitação, é o tempo que mais ou menos está demorando – de quatro, cinco ou seis meses. Colocamos isso dentro de um cronograma real do que está acontecendo.

**Coordenadora Helena Magozo:** Mais algum esclarecimento de algum Conselheiro? Então vamos para a deliberação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da contratação de serviços e obras de paisagismo e cercamento do CRAS - Centro de Reabilitação de Animais Silvestres no Parque Anhanguera, levantem a mão. Então, está aprovado por unanimidade. Obrigada Ramiro, pessoal do DEPAVE, o agrônomo, a todos muito obrigada. Agora iremos passar para contratação e deliberação do projeto de instalação elétrica do Parque Sapopemba. O Edmilson já esteve aqui. Vou ler, pois é uma obra relativamente simples. Qualquer dúvida, chamamos o Edmilson para que ele esclareça. Vou ler o parecer técnico. A proposta é de "Contratação de Projeto de Instalação Elétrica do Parque Sapopemba. Proponente: SVMA/DEPAV I. Valor total, orçamento referencial total: 14 mil, 914 reais e 17 centavos. Resumo da proposta: A presente proposta visa desenvolver o projeto elétrico sustentável para o Parque Sapopemba, com base no uso de energias renováveis, de modo a permitir substituir



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

gradualmente os combustíveis fósseis por outros com menor potencial de emissão de gases, enquadramento nas diretrizes do SISNAMA e legislação ambiental vigente e diretrizes do CADES. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da Lei 14887/2009, que determina explicitamente que os recursos do FEMA destinam-se, principalmente, a apoiar, entre outros, a manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental – enquadramento nas estratégias de ações recomendadas. Segundo a resolução 133 do CADES de 2010, que trata das diretrizes anuais para a utilização dos recursos do FEMA, a presente proposta se enquadra na diretriz referente à expansão e à conservação de áreas verdes e de unidades de conservação, e também no apoio à política de eficiência energética para a redução dos gases de efeito estufa na cidade de São Paulo, incluindo inventários de diagnósticos necessários. Análise técnica da proposta: a justificativa técnica da proposta está fundamentada no interesse da Secretaria do Verde, na implantação de sistemas que promovam o uso de energias renováveis, de modo a permitir substituir gradualmente os combustíveis fósseis por outros com menor potencial de emissão de gases. Para isso a contratação prevê que o projeto contenha iluminação com luminárias Led, unidades autônomas de energia solar e uso de lâmpadas com maior eficiência, e condizentes com o padrão EDIF para as áreas de maior fluxo de pessoas. Como campus e quadras, o termo de referência completo está anexado à folha 4 do Processo”. Agora seria a CAV falando: “Consideramos a proposta adequada e se enquadra na política da Secretaria para conservação de energia e uso de fontes renováveis. Análise econômica e orçamentária da proposta: a composição do orçamento referencial foi feita por SVMA/ DEPAVE, tomando como base três orçamentos de empresas diferentes, anexados ao Projeto a partir da página 12. O valor final de referência: considerando-se a média de três empresas, resultou em 14 mil, 914 reais e 97 centavos, sendo que o menor valor foi de 14 mil, 849 reais e 13 centavos. Analisando a proposta de custo, verificamos que a mesma é coerente com o tipo de produto pedido, e que os valores estão dentro dos custos de mercado. Em vista disso não temos nada a opor quanto à viabilidade econômica da proposta. Conclusão: a CAVE considera que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidos para a contemplação de financiamento do FEMA”. Então, vamos para...Seria algum esclarecimento técnico? Precisamos chamar o Arquiteto, você acha interessante ele descer?

**Conselheiro Ferrua:** Não. Tenho somente uma dúvida de ordem geral. É evidente que esse projeto é benéfico, sob o ponto de vista de economia de energia. O que me deixa um pouco em dúvida é sobre a apresentação dele aqui, neste plenário. Li que as luzes dos Túnel Airton Senna vão ser substituídas por Led. Porque não apresentamos aqui esse projeto também? Acho que esse projeto de problemas elétricos em um parque é exclusivo de compatibilidade da Prefeitura, e não daqui, do FEMA. Não sei por que este projeto foi apresentado aqui no FEMA, pois é um problema que a Prefeitura deve realizar. Senão, daqui a pouco vamos dizer que varrição das ruas é um negócio ecológico, e aí teremos de apresentar um projeto para custear a varrição das ruas. Acho que não seria este o objetivo.

**Coordenadora Helena Magozo:** Minha posição, enquanto Secretaria do Verde, seria a seguinte: isso ainda é inédito, representa uma mudança no usual. Não é uma atividade contínua, diferente de varrição de rua, e de qualquer outra atividade contínua que não possa passar por este Conselho. Já deixamos muito claro isso. Atividades contínuas são atividades orçamentárias. Dentre as diretrizes que o CADES definiu, uma é a de eficiência energética. Este Parque, que é o Sapopemba, era uma antigo aterro, tipo um lixão. Representa já uma questão muito importante do ponto de vista ambiental e sócio-ambiental – a transformação em parque. Acho que isso, na Zona Leste, é uma inovação. Não é nenhuma atividade ou projeto constante ou corriqueiro, dentro da concepção de parque. É ainda inédito. É um pioneirismo no sentido de que colocamos efeito demonstrativo frente a outros equipamentos públicos.



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

**Conselheiro Ferrua:** Não estou discutindo mérito. Está claro pra mim. O mérito é evidente que deve ser feito. O que volto a dizer é que a Prefeitura está instalando a mesma iluminação nos Túneis Airton Senna. E Led. Saiu esses dias no jornal. Daqui a pouco, se continuarmos assim, permitindo, vai aparecer aqui um projeto para instalar Led no Túnel Airton Senna. É isso o que eu queria limitar, senão tudo passará por aqui.

**Conselheira Mônica:** Pensando sobre isso, na verdade temos mais de 100 parques, hoje, em nosso município. Em todos eles a população quer que tenha iluminação para usar a noite. Pelo menos até as 10 da noite, a partir do final da tarde. Existe uma demanda da comunidade. Penso que o olhar do Luis, em relação a um projeto em um parque... Mas temos de ver que existem 100 querendo que aconteça isso. Será que a gente vai ter fôlego para fazer isso neste fundo? Quanto custaria para fazer para todos? Por que só um? Por que só esse? Deveríamos discutir um pouco, não dizendo que não vamos ou vamos fazer este – não é isso. Mas devemos ter um olhar mais ampliado para os parques, de forma geral. É uma demanda da comunidade de iluminar os parques que existem mesmo.

**Conselheiro Gilmar:** Gostaria de falar algo conceitual. O Luis levantou uma questão, apenas como reflexão. Num dia desses vi uma bobagem de um Secretário de Município vizinho, de Meio Ambiente. Ele falava de enchentes. Disse que enchente é um problema da Defesa Civil, qualquer coisa daí para a frente, independente de competência... Você citou a competência da Prefeitura. Quem tiver um objetivo como este, seja um parque, seja uma questão ambiental, independente de ser esta ou aquela Secretaria, devemos apoiar, desde que esteja em um processo que seja possível se realizar. Não devemos esperar que a Prefeitura, por exemplo, ilumine. E se surgir uma questão de economia de energia, sou da opinião de que devemos apoiar as ações ligadas a tal questão. Independente... Se ficamos naquela que meio ambiente é meio ambiente, que iluminação é iluminação, que saúde pública é saúde pública, vamos continuar naquela coisa cartesiana, falando essa bobagem que o problema de enchente é da Defesa Civil. Precisamos integrar as políticas, se pudermos, como a Secretaria, como o FEMA, como o Fundo ou, ainda, como cidadãos mesmo. Apoiar a iniciativa de uma economia de energia acho que vale a pena. Não estou aqui defendendo o projeto.

**Conselheiro Ferrua:** : Volto a dizer que apoio em gênero, número e grau. A única coisa que me deixa um pouco em dúvida é sobre a conveniência de estar aqui ou não. Vamos confessar, aqui é mais fácil o trâmite.

**Coordenadora Helena:** Não é, segue o mesmo trâmite. É uma questão de fonte...

**Conselheiro Ferrua:** Fico pensando que passar pelo trâmite da Prefeitura a coisa fica mais difícil. Então é melhor passar pela Prefeitura...

**Sr. (não identificado):** Aqui é mais difícil.

**Sra. (não identificada):** Aqui tem mais gente para palpar.

**Presidente Eduardo Jorge:** Aqui é muito mais difícil. Gostaria de entrar na discussão, independente de mérito. Por que é importante aprovarmos isso? Nós, cidadãos de São Paulo, você e eu produzimos 17 mil toneladas de lixo por dia. Nova York, 12 mil. Quem é que aguenta o seu lixo e o meu lixo? No caso de São Paulo, muita gente critica nossa Secretaria de Serviços, mas sempre faço esse intróito para fazer justiça ao trabalho deles. Recolhem 17 mil toneladas de lixo por dia, exceção no Brasil, porque a maioria dos municípios não recolhe 100% do seu lixo. Em segundo lugar, eles destinam 100% do lixo para local adequado –



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

aterros sanitários controlados. Aqui, no Brasil, quase 50% usam lixões. Mas em São Paulo não tem lixão, tem aterro sanitário controlado. Vejam que o Secretário de Serviços, que aguenta trabalhar por somente um ano (e depois é trocado), porque isso é uma “máquina de moer carne”, tem este dois grandes méritos: recolhe e destina adequadamente. Qual a crítica que a cidade tem? Precisamos diminuir a quantidade de lixo e reciclar mais. É um terceiro capítulo, que é o mais complexo. É apenas uma introdução para que não façamos uma injustiça com o Secretário de Serviços. Por que estamos usando esse dinheiro do crédito de carbono, que é outra coisa importante? É a captação dos dois aterros sanitários do metano, que gerou crédito de carbono, e que gerou o leilão, etc. e etc. Agora vamos ter outro leilão. Prioritariamente, respondendo o Gilmar, para as regiões de São Mateus e Perus, é óbvio. Embora sejam aterros sanitários bem controlados, não é nada agradável ter essa “jamanta” atravessando nosso bairro dia e noite – o que acontece em São Mateus e em Perus. Por mais cuidado que se tenha, imagine o que é levar 17 mil toneladas de lixo todos os dias para esses bairros. Os moradores desses bairros operários têm um crédito conosco. Por isso o Prefeito disse que o dinheiro do crédito de carbono vai para o fundo municipal. Na verdade viramos um banco verde! E, prioritariamente, seria para gastar em São Mateus e em Perus, com alguns projetos que abarcam algum conteúdo social e ambiental. É isso que estamos tentando fazer, viabilizando em Perus e em São Mateus. A Helena tem ido a São Mateus. Este tem cobrado muito da Prefeitura e de nós, do Conselho, pois o dinheiro não chega lá, não há projetos ainda. Perus está andando mais rápido, já tem várias coisas, mas São Mateus está lento. A Helena, que tem sido a porta-voz dessa questão, tem sido criticada lá, pela comunidade de São Mateus (pela associação de moradores), porque o dinheiro não está mesmo chegando. Eles continuam jogando lixo todos os dias. Este é um dos itens sobre o qual procuramos beneficiar, compensar, retribuir a população de São Mateus por suportarem o nosso lixo. Seria criar uma série de parques, como a ampliação do Anhanguera e etc., lá, em São Mateus. E tem um agravante: este parque aqui fica em cima de outro aterro sanitário, o qual enchemos até o teto, e agora está sendo recuperado. Isso, na verdade, faz parte do projeto de criação do parque. Não é uma coisa nova, é para completarmos um projeto dando aquilo que a nossa Conselheira sempre cobra que ele tenha, em seu projeto, que incorpore medidas de modernização ambiental. Estamos saindo na frente para poder viabilizar essas mudanças. Então isto é muito importante. Quero lembrar que nós devemos isso a São Mateus e a Perus, e temos de responder com este dinheiro. Não adianta ficarmos guardando um dinheiro que é para gastar lá. Este seria um primeiro ponto – não é uma coisa nova, faz parte de um projeto já incorporado, sendo que um deles seria o Parque de Sapopemba. O Gilmar levanta outra coisa sobre a qual também concordo: a prioridade é São Mateus e Perus. Agora... Se tivermos projetos no restante da cidade, que repercute na cidade inteira, inclusive em São Mateus e em Perus, não devemos rejeitá-los. A questão é que temos segurado, porque ainda não cumprimos o mínimo que deveríamos cumprir para São Mateus e Perus. Mas acho que devemos começar a pensar em analisar outros projetos que beneficiem a cidade como um todo, inclusive Perus e São Mateus. A questão, por exemplo, da iluminação, se tivéssemos fôlego para apoiar a cidade inteira, seria bom, porque reduz, ou seja, a eficiência energética economiza as nossas represas de Itaipu até o Amazonas. São Paulo, que é um grande consumidor, se moderniza, troca as lâmpadas, o que dá uma economia de energia que repercute não apenas em São Paulo, mas no Brasil inteiro. Não sou contra que se analise este tipo de projeto. Agora mesmo está chegando aqui outro projeto muito importante, que seria recuperar e modernizar os trólebus. Eles quase se extinguiram. A Secretaria do Verde segurou isso quase sozinha no começo do governo, e agora temos o Secretário de Transportes que abraçou a causa de volta e quer recuperar e modernizar os trólebus. Se existe um projeto bom deste tipo, devemos apoiar. Ah, mas o trólebus não passa em Perus! Em São Mateus até tem. Só que ele levará um benefício tão grande para a cidade e para o país, porque você vai recuperar uma das únicas redes de trólebus que sobrou, que vale a pena pegarmos um dinheiro do crédito de carbono e jogar nisso. São duas coisas que temos de ver. A prioridade seria São Mateus e Perus, mas se existirem projetos outros de eficiência energética, de



## 59<sup>a</sup> REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

substituição do diesel, sou a favor. É claro que devemos analisar e tudo mais, mas sou a favor. Aí teríamos condições de ir até São Mateus e Perus para explicar. Porque eles nos vigiam lá! Eles sabem o que o Prefeito mandou gastar lá. E eu tenho que ter condições, nas assembleias e nas audiências públicas de dizer: “olha, realmente este dinheiro é do crédito de carbono, é prioridade de vocês, mas não é exclusividade”. Teve gente, com este espírito de cobrança nas comunidades de Perus e de São Mateus, quer dizer, já houve vereador que quis falar que o dinheiro era exclusivamente para Perus e para São Mateus. Apresentou até Projeto de Lei e nós vetamos. Ele ganhou um pouco de prestígio lá, mas tínhamos de vetar, pois aí já seria um excesso. Estou colocando tudo isso para contextualizar. Você levantou uma questão que sempre é muito vigilante, mas tudo isso faz parte do que nós mesmos já aprovamos. É a continuidade de um projeto que já aprovamos.

**Coordenadora Helena:** A Elaine é diretora do DEPAVE 1. Você quer falar?

**Sra. Elaine:** Vou falar, mas não sei se agora cabe minha fala. Talvez devesse ter dito no começo desta apresentação. Quero lembrar que no ano passado estivemos aqui apresentando o projeto do Sapopemba como um todo. Naquela época trouxemos um cronograma do que seriam as outras aprovações. Acho que foram, mais ou menos, um milhão e meio que aprovamos para o cercamento. Então explicamos esse Parque dentro do contexto da região. Nela temos diversos parques sendo implantados como compensação ambiental. Os outros parques têm uma característica mais de preservação, porque já há uma cobertura arbórea grande, que precisa ser ocupada. Então são parques de caráter mais contemplativo. Tentamos inserir ciclovias e eu trouxe um pouco dos projetos dos parques, mais para termos uma noção. Este Parque fica bem na área central da região, e por ser uma área de aterro (agora estamos com uma grande cobertura de terra em cima deste aterro sanitário que já está desativado há bastante tempo), teria características... Na verdade esse parque tem apenas meia dúzia de árvores, pois possui um diâmetro bem pequeno por conta de não conseguir se desenvolver, pois o solo é um antigo aterro sanitário. Com este aterro que estamos fazendo em cima, em alguns lugares, temos mais de cinco metros de terra. Vamos conseguir ter um porte maior de árvores que serão plantadas, mas tudo isso caracterizaria uma possibilidade de ser um equipamento, um parque que criaria uma nova cobertura vegetal para a região, só que poderíamos aproveitar para fazer uma área esportiva, pois aquela região é super carente. Então, pensando na função ambiental e na função social de cada um desses parques que estamos criando, os outros parques teriam uma função ambiental mais pesada e poderíamos mesclar, neste parque, a função ambiental e a social da área, sendo que em algumas áreas não comportam uma grande quantidade de terra para aterro. O DECONT, o departamento que analisa a contaminação do solo, deu uma diretriz: o interessante seria impermeabilizar a área para as pessoas não terem contato com o solo. Este local aqui era onde ficavam as lagoas de chorume do parque. Nessas áreas estamos com equipamentos que possuem mais impermeabilização, para pistas de skate e de patins, e as quadras de vôlei e de basquete que são concretadas. Nesta região aqui estamos com tipos de esportes que permitem grama ou areia, que permitem a impermeabilidade da área. O parque inteiro, na verdade, será encaminhado para ser implantado por meio de créditos de carbono. Temos essa parte de movimentação de terra, de implantação, de grande parte desses equipamentos esportivos, desse passeio com ciclovia, fazendo esse anel principal em torno dos principais campos de futebol, e do bicicross. Isto aqui é uma “super pirâmbeira” que vai descendo como serra, até chegar lá embaixo. Este anel principal está sendo implantado como compensação da ECOURBIS, devido à implantação do aterro São João. E o restante vai ser implantado pela Prefeitura, com a proposta de ser por meio do crédito de carbono. Então, no ano passado, na última sessão, aprovamos o cercamento, encaminhamos agora o sistema de iluminação, que será um sistema misto intercalado. Vamos ter postes ligados diretamente à rede e postes que utilizarão energia fotovoltaica. Apresentamos, agora, na sequência, o projeto executivo desses mirantes. Não me lembro de quem estava aqui, na última reunião, em que mostramos a vista



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

desta área, a vista para cá do Morro do Cruzeiro. Podemos ver toda a Região Leste. Aqui temos o projeto executivo das fundações e da estrutura, o projeto executivo das lanchonetes e de alguns outros equipamentos. Há a parte de skate que terá um contrato específico, por conta da especificidade desse projeto. Depois que tais projetos ficarem prontos, esperamos voltar aqui para apresentar a proposta para a execução do outro projeto. Seria, assim, um conjunto do que seriam esses projetos todos para a implantação do parque. Serão várias apresentações, pois estamos contratando projetos específicos com empresas especializadas em cada área, para depois fazermos a execução de uma vez só. A primeira parte da ECOURBIS é a movimentação de terra. Toda a importação de terra nova para cá, que seria neste platô aqui, ela já está executando e o processo está bem avançado. Este caminho principal aqui, que na verdade é uma ciclovia, tem um canteiro central e o caminho de pedestres. É implantado este anel com todas essas entradas. Nas entradas há guaritas, e em alguns caminhos também são implantados dois conjuntos de sanitário e vestiário, sendo um para a administração e outro contendo a parte de apoio aos funcionários e manutenção. Há outra parte na entrada, que é o centro de convivência e apoio à educação ambiental. Tudo isso da ECOURBIS. O estacionamento... A previsão era de terminar... Mas com as chuvas ela atrasou em dois meses o cronograma de terraplanagem. Em setembro ela deveria finalizar e entregar o parque. De acordo com o nosso contrato, em julho deveremos começar o cercamento da área, porque de julho a setembro teremos duas empresas no local. Isso está em licitação, já foi publicado, já encaminhamos e tudo. O prazo das obras, geralmente, é de quatro meses. Devem cercar toda a área com gradil tipo tradicional, porque temos problemas de vandalismo com gradis que são mais frágeis.

(Inaudível)

**Sra. Elaine:** Temos, hoje, uma drenagem que é natural. Este terreno tem caída para o centro, e aqui tínhamos escadarias de drenagem. Como a terraplanagem isto aumentou. Em alguns lugares aumentou 5 metros, sendo que em um ponto específico aumentou quase 8 metros de terra. Se você eleva aqui, a saia do talude muda, essa inclinação do talude muda. Hoje o talude é daqui para cá, este pedaço aqui é o que tem uma grande inclinação. Estamos aumentando a área inclinada para cá, mantendo a mesma declividade.

**Coordenadora Helena:** Desculpe, Elaine, é que a Rose vai precisar se retirar e ela gostaria apenas de dar uma justificativa e deliberar...

**Sra. Rose:** Peço desculpas, mas é que já tínhamos uma reunião e minha suplente está de férias. Aprovo o projeto e também li o outro. Sei que não posso deliberar, mas não tenho nada em contrário. Obrigada.

**Sra. Elaine:** Continuando, com a movimentação que está acontecendo agora, coincidindo com o período de chuvas, toda a água continuou seguindo o mesmo caminho – ela não obedece e vai seguindo pela parte mais baixa do terreno. Exatamente onde era a escada hidráulica, que ainda não estava pronta, criou-se uma fenda, uma abertura. A vistoria apresentou isso à ECOURBIS e esta já está tomando as providências, mas ainda não nos respondeu isso oficialmente. O fiscal da obra de SIURBIS já entrou com contato conosco e disse que estava refazendo a movimentação de terra, compactando o solo e fazendo drenagem simultaneamente. Esta escada aqui será elevada. Foi exatamente isso que fez com que a obra se atrasasse por dois meses.

**Coordenadora Helena Magozo:** Alguma dúvida? Podemos ir para a deliberação? Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto de contratação, de instalação elétrica do Parque Sapopemba, levantem a mão. Aprovado por unanimidade. Agora vamos ao quarto



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

ponto da ordem do dia, sobre o Parecer Técnico de Contratação de Obras para a Implantação da Praça da Rua Diamantina com a Dacota no Distrito Anhanguera/Perus (Subprefeitura de Perus). Valor total da obra: 605 mil, 939 reais e 61 centavos. Este seria o valor referencial da licitação. Prazo: 300 dias a partir do início das obras. Então o projeto visa a execução de serviços e obras para a implantação da praça da Rua Diamantina e Dacota – Distrito Anhanguera/Perus, nos termos do enquadramento das diretrizes, objetivos e princípios do SISNAMA da Legislação Ambiental vigente, com diretrizes e prioridades do CADES. A CAVE se posiciona que está dentro das diretrizes do CADES e da lei que o criou, no sentido de os recursos serem destinados a apoiar, entre outros, manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Sobre o enquadramento nas estratégias de ação recomendadas pelo CADES, a CAV entende que a proposta se enquadra na diretriz referente à expansão, conservação de áreas verdes, e unidades de conservação e água. Análise técnica da proposta: “O projeto em questão prevê a intervenção em 1.752,22 metros quadrados da área verde que possui, ao todo, 18.912,90 metros quadrados, conforme planta anexa à página 84 do Processo. São previstas várias obras no local, incluindo a construção de estação de ginástica, pergolados, playground, mirante, caminhos palafitados e caminhos contemplativos na área de intervenção e ao longo do lago que existe no local, assim como a melhoria do paisagismo na região, que foi mais afetada pela ocupação indevida, conforme relatado na página 6 do presente projeto. Por se tratar de intervenção em área verde sujeita a ações de invasão e deposição de lixo, assim como pela possibilidade de integração da mesma ao sistema de áreas verdes municipais, consideramos que o projeto está plenamente adequado e não há nada a se opor quanto a sua viabilidade técnica. Análise econômica e orçamentária da proposta: Memorial Descritivo anexado ao processo na página 4 apresenta, de forma genérica, o objeto a ser contratado e os produtos que deverão ser entregues. A complementação dessas informações constam das plantas do projeto básico, anexado à página 41 do processo. O orçamento referencial encontra-se anexado à página 65 do processo. Os preços seguem a tabela EDIF/SIURB de julho de 2010. O orçamento referencial é composto pela somatória do valor de todas as obras e serviços, totalizando o valor de 605 mil, 939 reais e 61 centavos. Consideramos que os valores estão adequados ao produto e que não há nada a se opor quanto a isso, visto que a cotação segue a tabela oficial de custo EDIF/SIURB. Conclusão: consideramos que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidos para a contemplação de financiamento do FEMA. Lembramos também que, por se tratar de área verde pública, a eventual remoção ou remanejamento de vegetação para a execução das obras deverá ser comunicada e aprovada pela Divisão Técnica de Proteção e Avaliação Ambiental (DPAA), conforme legislação em vigor”. Está aberto para o posicionamento dos Conselheiros.

**Sra. (não identificada):** Na verdade a Subprefeitura não está aqui.

**Coordenadora Helena Magozo:** A proposta é destinada à CAV, não à Subprefeitura de Perus. Mas foi dialogado com as Subprefeituras, com o pedido de complementação de material. Sobre a Praça Diamantina você deve estar perguntando qual seria a planta que esclareceria melhor o projeto.

(Inaudível)

**Presidente Eduardo Jorge:** É importante contextualizar. É a mesma coisa que está se fazendo em São Mateus e em Perus. Vocês podem ver que isso é o resultado de antigos loteamentos que deixam a pior área que tem como área verde, e depois o que acontece com essas áreas verdes deixadas pelos loteamentos? São tão difíceis de serem reaproveitadas, que somente a criatividade popular é que pode aproveitar com invasões de favelas. Quase todas as favelas... Por exemplo, Campo Limpo, M'Boi Mirim... São os tipos de áreas invadidas,



## 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA

que depois viram áreas de risco (R3 e R4). Na verdade é o que acontece pela cidade inteira, e aí finalmente chega esse esforço da Subprefeitura de Perus, com o dinheiro do crédito de carbono que estamos disponibilizando, de tentar colocar essas áreas protegidas e à disposição da população de lá. Este seria o contexto. Nosso pessoal da Secretaria tem feito este papel que o Conselho tem exigido. Por isso os projetos devem ser bons, do ponto de vista ambiental.

(Inaudível)

**Conselheiro Ferrua:** Deixem-me entender melhor: é uma área verde remanescente que vocês estão pretendendo transformar em uma praça. É isso?

**Coordenadora Helena Magozo:** Sim, uma área verde de um loteamento.

**Sr. (não identificado):** Isso aconteceu em nosso bairro – foi a mesma coisa.

**Sr. (não identificado):** Apenas uma observação: usou-se este argumento para a questão da iluminação e agora voltou o argumento em relação às praças. Acho que não podemos confundir as coisas. Sobre a questão do mérito, é inegável que são áreas carentes e a Prefeitura tem uma dívida com essas regiões. De alguma forma, precisam ser supridas as necessidades de lá. Mas também acredito que o Conselho tem que ter o mínimo de informação. Compreendo a posição da Mônica ao pedir, pelo menos, uma apresentação sobre o projeto, senão fica muito no escuro o fato de os Conselheiros votarem só com base no resumo da CAVE, que sempre tem feito um trabalho extraordinário. É uma falha, quer dizer, não é um questionamento de mérito em relação à necessidade do projeto. É claro que ele é necessário. Mas seria bom termos esse relacionamento um pouco mais próximo com o proponente.

**Sra. (não identificada):** Já havíamos solicitado, por várias vezes...

(Inaudível)

**Coordenadora Helena Magozo:** É o que estou colocando: o pessoal da Subprefeitura de São Mateus e Perus deveria estar permanentemente aqui, participando das reuniões. É muito importante a presença deles. Sugiro que sejam comunicados dessas reuniões e tragam... Quando o Ramiro vem aqui, já sei que estará tudo certinho. Ele vai apresentar e é até detalhista e tal, mas é assim mesmo que precisamos das informações. Seria neste sentido entendendo, acho importante, só que eu gostaria de ter tido mais informação sobre o processo e sobre o projeto. Eles deveriam ilustrar mais o tema para nós, além das plantas. Agora há uma questão: vocês acham que os elementos que a Jamile forneceu... O que a CAV fez foi um processo longo de pedido de complementação. Vocês viram que ela tem propriedade com a questão do plano. É suficiente para deliberação? Quero me desculpar novamente. A culpa foi nossa. Eles sabem da apresentação, Mônica, mas participam se os chamarmos. Se não chamarmos, eles têm seus afazeres. Eu deveria tê-los chamado, não chamei e é por isso que não estão aqui. Tenho esse compromisso com vocês, podem me cobrar. Quero perguntar para vocês o seguinte: com os elementos que a Jamile forneceu já podemos deliberar?

**Sr. (não identificado):** Gostaria de dar uma sugestão neste caso: acho que a apresentação é necessária. Mas não devemos atrasar este projeto por mais algum tempo.

Deveríamos colocá-lo em votação hoje, com a pre-condicionante que seja feita, em uma ocasião posterior, uma apresentação mais completa sobre o projeto. Mas acho que deveríamos colocar o projeto em votação hoje.



## **59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - CONFEMA**

**Coordenadora Helena Magozo:** Creio que seja no sentido que a Mônica falou: é um compromisso mútuo. Vamos à deliberação? Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto, levantem a mão. Aprovado por unanimidade. Na próxima reunião teremos uma apresentação da Subprefeitura. Obrigada.